

# OS SUJEITOS E A PROPOSTA EDUCACIONAL DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

THE SUBJECTS AND THE EDUCATIONAL PROPOSAL OF THE COMMON CURRICULAR NATIONAL BASE:  
BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE

LOS SUJETOS Y LA PROPUESTA EDUCATIVA DE LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR: ENTRE EL  
PÚBLICO Y EL PRIVADO

**Maria Raquel Caetano<sup>1</sup>**

<http://orcid.org/0000-0001-6973-908X>

---

**Resumo:** O artigo tem por objetivo mapear e problematizar quem são os sujeitos que influenciaram a construção e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por meio da inserção de propostas ligadas a instituições privadas no processo. Busca discutir o conteúdo da proposta educacional na BNCC. No desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e à análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema). Nas considerações, apresentamos que as relações entre o público e o privado e o movimento dos empresários na BNCC trazem consequências para a educação e para as escolas no entendimento de que influenciam a construção da política educacional e o currículo escolar.

**Palavras-chave:** BNCC. Sujeitos. Público-privado.

**Abstract:** The article aims to map and problematize who are the subjects that influenced the construction and implementation of the National Curricular Joint Base (BNCC) through the insertion of proposals related to private institutions in the process. It also seeks to discuss the content of the educational proposal included in BNCC. In the methodological development, we proceeded to the survey and analysis of primary sources (official, institutional and reports) and secondary (researches and productions already developed on the subject). In the considerations, we present that the relations between the public and the private and the movement of entrepreneurs in BNCC bring consequences for the education and the schools in the understanding that they influence the construction of the educational policy and the school curriculum.

**Keywords:** BNCC. Subjects. Public-private.

**Resumen:** El artículo presenta como objetivo mapear y problematizar quién son los sujetos que influenciaron la construcción y la implementación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) a través de la inserción de propuestas ligadas a instituciones privadas en el proceso. En el caso de las mujeres, En el desarrollo metodológico, procedemos al levantamiento y análisis de fuentes primarias (documentos oficiales, institucionales e informes) y secundarias (investigaciones y producciones ya desarrolladas sobre el tema). En las consideraciones, presentamos que las relaciones entre el público y el privado y el movimiento de los empresarios en la BNCC traen consecuencias para la educación y para las escuelas.

**Palabras clave:** BNCC. Sujetos. Público-privado.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UFRGS. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sulriograndense. Campus Sapucaia do Sul e Mestrado em ProfEPT. Integra o GPRPPE na UFRGS. E-mail: caetanoraquel2013@gmail.com.

## Introdução

A crise que vivenciamos não é uma crise cíclica, mas uma crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), decorrente da queda na taxa de lucro, sendo sua escala no tempo extensa e contínua. Em meio a esse processo, há uma lógica que tende a sua expansão e internacionalização, operando concentração e centralização do capital. Ou seja, o capital necessita expandir-se, apesar e em detrimento das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2002, p. 152).

Devido a sua natureza competitiva, esse sistema necessita, para sua sobrevivência, de uma constante ampliação nas diversas áreas, dentre as quais a educação. Na atualidade, o capital parece haver alcançado seus limites geográficos, e o movimento atual consiste em converter todas as atividades humanas e a natureza em mercadorias, de acordo com as regras do mercado. A lógica da reprodução do capital se amplia, sai da esfera da produção fabril e alcança o cotidiano das pessoas, das cidades, da educação, das escolas e da sala de aula. Na educação, o foco passa a ser a aprendizagem, passível de medição e comparação por facilitar as medidas através das avaliações nacionais e transnacionais, o que justifica a padronização dos currículos em nível mundial.

No Brasil e no mundo, a educação foi poderosamente afetada pelo surgimento da agenda política, social, econômica neoliberal e global. Assim, diferentes países estão reformando seus sistemas educacionais, tornando-os alinhados ao mercado. Estados e as organizações internacionais estão

redefinindo suas formas de atuação em relação ao que é público, compreendendo como necessária a aproximação com instituições privadas, permitindo, assim, atingir metas, retirando-se como provedor da atividade pública e fazendo parcerias com instituições privadas. As parcerias entre o público e o privado e entre corporações nacionais e transnacionais são baseadas na suposição de que o Estado não é capaz de resolver sozinho os problemas atuais. Parcerias com o setor privado são vistas como pragmáticas, orientadas para soluções flexíveis, eficientes e não burocráticas - atributos frequentemente ausentes em projetos e processos puramente governamentais (SEITZ; MARTENS, 2017). Conforme o mercado, não são ágeis para implantar as reformas necessárias na educação.

Os Estados nacionais, a partir de orientações de organizações internacionais, a exemplo do BID, BM, FMI, OCDE, têm redefinido o seu papel e forma de atuação. As medidas adotadas se pautam na compreensão da necessidade de aproximação com instituições privadas e têm como narrativa para isso diminuir os gastos públicos, modernizar o Estado, melhorar a eficiência e eficácia dos serviços públicos. Como consequência, retira-se como principal responsável da atividade pública e passa a responsabilidade para o setor privado.

O Estado torna-se regulador e avaliador "mais congruente com a ideologia de mercado" (AFONSO, 2009, p. 147). Para o autor, a lógica do mercado ocorre através da "importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos" (AFONSO, 2000, p. 49). A preocupação passa a ser com o produto

enquanto resultado das atividades desenvolvidas pelas instituições de ensino.

Nessa conjuntura, a avaliação passa a fazer “sentido num contexto de forte retração do Estado e de grande expansão do mercado” (AFONSO, 2009, p. 148). Ou seja, “o setor privado passa a ser o responsável pela oferta e a execução, e o Estado assegura o ambiente político favorável e, muitas vezes, o seu financiamento” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1143).

Ao fazermos a crítica a esse tema, entendemos que o próprio Estado é visto como sendo essencialmente moldado “a um nível supranacional através de uma ideologia do mundo dominante e não como criações nacionais autônomas e únicas” (DALE, 2004, p. 431). Sob essa perspectiva, os Estados têm a sua atividade e as suas políticas moldadas por normas e culturas universais, o que o autor chama de “agenda global estruturada para a educação”.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) integra a política nacional da Educação Básica que se inscreve no ideário de “agenda global estruturada para educação” (DALE, 2004) através da padronização do currículo a partir das indicações do Banco Mundial, mais especificamente da Estratégia 2020 e das experiências internacionais sobre reformas curriculares. No Brasil, a partir das atuais reformas em curso, o foco nos assuntos centrais da escola passa a ser o currículo, além das avaliações internas e externas como PISA, IDEB e Prova Brasil cujos resultados são utilizados como critérios de bom desempenho educacional. Nesse caso, as disciplinas de Português e Matemática são usadas como indicadores-chave do sucesso ou do fracasso dos alunos, dos professores, das escolas e dos sistemas educacionais em detrimento às outras áreas do conhecimento.

Neste artigo, abordaremos a privatização do público que, em nossas pesquisas, não significa a venda da educação e da escola pública para o capital privado, mas uma ampla e complexa diversidade de tendências concretizadas por meio de parcerias, terceirização, contratos de gestão e atuação de Organizações Sociais e Organizações não Governamentais que incidem em maior ou menor grau na orientação da formulação e da execução de políticas sociais. De nossa perspectiva, esses são mecanismos e ferramentas do mercado na educação pública (LIMA, 2013), em que a educação, como direito social, passa a ser relativizada, pois promove uma lógica de cunho privado, reduzindo-a à condição de mercadoria.

Este estudo é resultado de parte da pesquisa intitulada “A Base Nacional Comum Curricular: os sujeitos e o conteúdo da proposta na direção e execução da política educacional brasileira”, ligada ao GPRPPE<sup>2</sup> da UFRGS, e tem por objetivo mapear e problematizar quem são os sujeitos que influenciaram a construção e a implementação da BNCC, por meio da inserção de propostas ligadas a instituições privadas e mercantis no processo. Além disso, visa discutir o conteúdo da proposta da BNCC, apresentando dois exemplos: a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna na perspectiva de como essas instituições privadas orientam a direção e a execução da política educacional brasileira.

Para isso, no desenvolvimento metodológico, procedemos ao levantamento e à análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e

<sup>2</sup> Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE UFRGS) coordenado pela professora Dra. Vera Maria Vidal Peroni...

secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema). Buscamos seguir ainda as contribuições para análise de documentos e textos de Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 432) que [...] “devem ser lidos com e contra outros, ou seja, compreendidos em sua articulação ou confronto com outros textos. Utilizamos o mapeamento dos sujeitos e suas relações na perspectiva de Thompson (1981) para problematizar a influência de sujeitos individuais e coletivos ligados ao mercado que atuam na BNCC.

Conforme Thompson, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições: “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (THOMPSON, 1981, p. 111). Para o autor, “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse [...] toda luta de classes é ao mesmo tempo luta acerca de valores” (THOMPSON, 1981, p. 189-190).

Para isso, inicialmente, abordaremos “As relações entre o público e o privado e as reformas educacionais” visando abordar as reformas a partir de uma agenda global estruturada e relacionar a agenda da BNCC a esse movimento mundial. Em seguida, abordaremos a “BNCC e o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular” com o objetivo de apresentar os sujeitos individuais e coletivos que influenciaram a construção da BNCC. Na sequência, trazemos dois exemplos que incidem sobre a BNCC e o conteúdo da proposta educacional: a Fundação Lemann e

o Instituto Ayrton Senna com o catálogo de produtos e soluções educacionais disponibilizadas às escolas do Brasil. Por fim, nas considerações, destacamos que a disputa é por um novo projeto societário, com um novo projeto educacional baseado na produtividade para o mercado.

### **As relações entre o público e o privado e as reformas educacionais**

As reformas educacionais em curso no Brasil desde os anos de 1990 fazem parte de uma “agenda global estruturada para a educação” (DALE, 2004) e redefinem as formas de compreender a gestão da educação e da escola. Isso porque introduzem novos elementos, como a parceria público-privado, a gestão por resultados, o voluntariado, a filantropia, a terceirização e, também, o que chamamos de formas de privatização, trazendo implicações à educação e à escola.

Atualmente, instituições conservadoras também vêm atuando no sentido de influenciar o conteúdo das propostas educacionais. Isso se dá pela militarização das escolas ou pela elaboração de leis que visam cercear o direito à educação e seu processo pedagógico.

As tendências de privatização se dão tanto de forma direta, a exoprivatização, quanto indireta, a endoprivatização, conforme Ball e Youdell (2008). A endoprivatização opera através da instalação de uma série de ferramentas de mercado no próprio funcionamento da política pública. Um dos exemplos de endoprivatização pode ser a transferência do desenvolvimento curricular que é um elemento-chave na definição do ensino à iniciativa privada. A endoprivatização também pode estar relacionada com a contratação de outros

serviços privados nas escolas públicas, como, por exemplo, a formação de professores, gestores, a contratação de consultorias educacionais, serviços de avaliação, entre outros.

As reformas educativas de forma global vêm instituindo as diferentes formas de privatização. É sob o modo de produção capitalista que existe uma tendência histórica à superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial. Wood (2003, p. 8) destaca que “o capital foi capaz de estender seu alcance econômico para muito além das fronteiras de qualquer nação-Estado”. Isso significa que o capital tem se expandido de forma global, e as reformas se tornam um dos meios fundamentais para a privatização da coisa pública. Para abordar a privatização, utilizamos a abordagem de Lima (2013, p. 178, grifo do autor) que compreende que a privatização pode,

[...] portanto, significar muitas e diferentes coisas, desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados, desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respectivos “cheques-ensino” pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas e fundações, organizações não-governamentais diversas ou do chamado “terceiro setor”.

Conforme o mesmo autor, pode ainda “significar a crescente introdução de modos de gestão considerados típicos das organizações privadas, centradas nas necessidades do cliente ou consumidor” (LIMA, 2013, p.179).

As tendências à privatização se concretizam de diferentes formas nos sistemas de educação pública. Peroni (2013, p. 9), com a contribuição de pesquisadores na área, aborda as diferentes formas de privatização do público: a filantropia empresarial, o capitalismo social, as redes de políticas globais, consultorias internacionais e parcerias público-privadas, bem como o quanto implicam na garantia dos direitos sociais e da democracia.

Contudo, observamos que há uma estreita relação entre as empresas, grupos empresariais nacionais, internacionais e do terceiro setor, na forma de ONGs, institutos e fundações. O número de fundações e institutos criados nos últimos anos no país é considerável. Conforme dados do IBGE (2010), há em torno de 290.692 Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, gerando um aumento de 8,8% de 2006 a 2010. Essas organizações da sociedade se apresentam, em muitos casos, como sem fins lucrativos e têm uma ligação direta com os bancos ou institutos ou constituem um braço complementar às grandes corporações. Há outras formas de privatização na educação do país, como a venda de livros ou sistemas apostilados, propostas de formação de professores e gestores e desenvolvimento curricular, entre outros (ADRIÃO; GARCIA, 2014; PERONI, 2014; CAETANO, 2013).

Nesse novo contexto, as ideias pedagógicas passam a assumir, no próprio discurso, o fracasso da escola pública, apresentado como reflexo da incapacidade do Estado de gerir o bem público. Com isso,

justifica-se, também, no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regulada pelas leis do mercado (SAVIANI, 2008, p. 428).

Assim, ao mesmo tempo em que a privatização tem avançado na educação brasileira, as políticas sociais têm sido consideradas

[...] inimigas do governo através de construções ideológicas dirigidas ao senso comum e sentenciam que as “despesas obrigatórias” nos gastos sociais assegurados pela Carta de 1988 são o principal desestabilizador do equilíbrio fiscal. Afirmam que sem a “revisão do pacto social da democratização” não haverá solução para a estabilidade da dívida pública. Em última instância, quando deliberam que “o País não cabe no PIB”, estão dizendo que as demandas sociais da democracia não cabem no orçamento (FAGNANI, 2017, p. 2 e 3, grifos do autor).

Os efeitos dos ataques às políticas sociais, entre elas a educação, no que diz respeito ao financiamento, têm como consequência os cortes no orçamento para a área. A PEC nº 55/2017, ao congelar por vinte anos o investimento público na área social, “reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital, constituindo-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.366), destruindo também o Estado.

É nesse contexto de ajustes fiscais que operam os organismos internacionais como o Banco Mundial, no sentido de estimular iniciativas para o enfrentamento dos problemas sociais para além do âmbito estatal, visando às relações com o privado.

Ao lançar a “Estratégia 2020 - Aprendizagem para Todos”, o objetivo global a ser alcançado é a aprendizagem, e não somente a escolaridade. A nova estratégia do Banco estabeleceu duas direções a serem seguidas: a reforma dos sistemas de educação dos países a serem assistidos e o desenvolvimento de uma base de conhecimentos de alta qualidade a ser utilizada nessas reformas.

Caetano (2018), ao tratar das reformas em curso, aponta que faz parte dos objetivos do BM aumentar o conhecimento sobre o papel do setor privado na educação e ajudar os países a criar ambientes de política e estruturas normativas que alinhem esforços do setor privado por meio de parcerias estratégicas no nível local e global, visando melhorar os sistemas educacionais. Segundo o Banco Mundial (2011, p. 20), “as entidades privadas são fornecedores importantes de serviços de educação até para as comunidades mais pobres, especialmente em áreas que os governos não chegam”. A estratégia atual coloca maior ênfase na importância do setor privado e apoia, abertamente, o papel das instituições de ensino privadas com fins lucrativos. Ela acredita que o setor privado pode ser benéfico para os pobres (VERGER; BONAL, 2011).

Quanto à “Estratégia 2020” do Banco Mundial, há uma relação direta entre financiamento e resultados, alargando o papel do setor privado

[...] na capacidade de orientar corretamente a adequação das oportunidades de aprendizagem oferecidas às necessidades da atividade econômica, aumentando-se a eficiência do investimento e promovendo, portanto, a assim redefinida “qualidade”; de outro

lado, favorecendo a expansão dos provedores privados de educação, dentro e fora do sistema educacional, por meio da criação e do aprimoramento das “oportunidades de aprendizagem” em mercados formais e informais de formação (PRONKO, 2014, p.108, grifo do autor).

Ao analisar as reformas em curso no Brasil, com implicações na retirada dos direitos dos trabalhadores, no congelamento dos investimentos sociais por vinte anos e no enfoque dado pela Estratégia 2020 na aprendizagem, percebemos a relação direta com os resultados e a avaliação. De acordo com a Estratégia 2020, os objetivos podem ser alcançados por meio da introdução de incentivos e fórmulas de financiamentos competitivos nos sistemas educativos, bem como do aumento da oferta privada com o subsídio público, ou seja, a contratação pelo Estado, de todo tipo de serviço educacional de setores do mercado (CAETANO, 2016, p.4). Nesse sentido, a escola, conforme Ball e Youdell (2007), funcionaria como uma empresa de maneira que os sistemas educativos atuariam como quase-mercados, com base em critérios como seleção de estudantes e política de resultados. Nesse caso, a propriedade permanece pública, mas se introduzem concepções privadas de gestão.

Com a introdução da lógica do “quase-mercado” no setor público, a educação, como direito social, passa a ser relativizada. Isso porque promove uma lógica de cunho privado, em que a educação é reduzida à condição de mercadoria: um produto de compra e venda no mercado de soluções educativas.

É nesse contexto histórico, político e institucional adverso que a Base Nacional

Comum Curricular foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017. Essa Resolução “Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica” (BRASIL, 2017).

Ao apoiar instituições privadas, o BM também fortalece as empresas privadas que atuam na área educacional. Privatiza-se tudo o que for possível por dentro da educação e da escola (CAETANO 2016; 2018).

Nesses termos, conforme afirmarmos anteriormente, a privatização não significa a venda da educação e da escola pública para o capital privado. Porém, significa uma ampla e complexa diversidade de tendências concretizadas por meio de parcerias, terceirização de serviços, atuação de organizações sociais e outras (LIMA, 2013).

### **A BNCC e o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular**

O avanço das relações entre o Estado e o mercado de soluções educativas tem contribuído para a redefinição da natureza do próprio Estado (BALL, 2014). Para o neoliberalismo, o Estado, ao mesmo tempo em que reduz as políticas sociais, é um importante criador de mercados oportunizando novos negócios, sendo que as reformas educacionais passam a ter um papel importante nesse mercado. Ele expande abrindo “à acumulação do capital novos campos, até então considerados fora do alcance do cálculo de lucratividade” (HARVEY, 2011, p. 172), partindo das reformas e das novas demandas criadas por elas. As soluções para problemas públicos foram compreendidas pelas empresas

privadas, originando um mercado de serviços e produtos educativos. De acordo com a Estratégia 2020, os objetivos podem ser alcançados através da introdução de incentivos e fórmulas de financiamento competitivos nos sistemas educativos, bem como do aumento da oferta privada com subsídio público, ou seja, a contratação de todo tipo de serviço educacional pelo Estado aos setores do mercado.

Surgem os empreendedores de políticas, conforme observa Ball (2014, p. 41), que incluem capacidade intelectual, conhecimentos de políticas, liderança e habilidade de formação de equipes, contatos e habilidades estratégicas. Tudo isso é organizado rapidamente para enfrentar grandes desafios. Junto a isso, os novos filantropos (BALL, 2014) buscam impactos e resultados dos seus investimentos através de metas mensuráveis e o retorno dos seus investimentos. Como exemplos citamos Bill Gates que mantém a Fundação Bill & Melinda Gates, nos Estados Unidos, e Jorge Paulo Lemann, com a Fundação Lemann no Brasil.

O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade para os problemas sociais. Uma das questões fundamentais é a divulgação do pensamento hegemônico, de classe, que esses sujeitos representam e de modelos baseados nas reformas internacionais, como solução à suposta falta de produtividade da educação brasileira. No caso da BNCC, a base é o *Common Core* americano, cujo principal financiador é Bill Gates.<sup>3</sup>

O Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC) se apresentou como um grupo não governamental de profissionais e pesquisadores da educação que atua, desde 2013, para facilitar a construção de uma base

com a finalidade de contribuir para a qualidade da BNCC. O Movimento foi patrocinado pela Fundação Lemann, em conjunto com outras instituições públicas e privadas, que coordenou a construção e vem coordenando a implantação da Base nos sistemas públicos. O grupo é composto por grupos ligados ao capital financeiro e da grande burguesia brasileira.

O objetivo do Movimento, segundo pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa Relações entre o Público e o Privado na Educação (GPRPPE UFRGS); (PERONI, 2013; 2015), do qual esta pesquisadora faz parte, é direcionar a política educacional brasileira a partir de um projeto hegemônico para a educação. Em 2013, uma delegação brasileira participou, em caráter de Missão Oficial, a convite da Fundação Lemann, do Seminário Internacional “Liderando Reformas Educacionais: Fortalecendo o Brasil para o Século XXI”, realizado na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, já orientando a direção a ser dada à BNCC. Sucederam-se seminários, *workshops*, congressos e audiências públicas financiadas por instituições privadas participantes do MPB sobre a reforma e o currículo. É importante destacar quem são os sujeitos coletivos públicos e privados que fazem parte do Movimento.

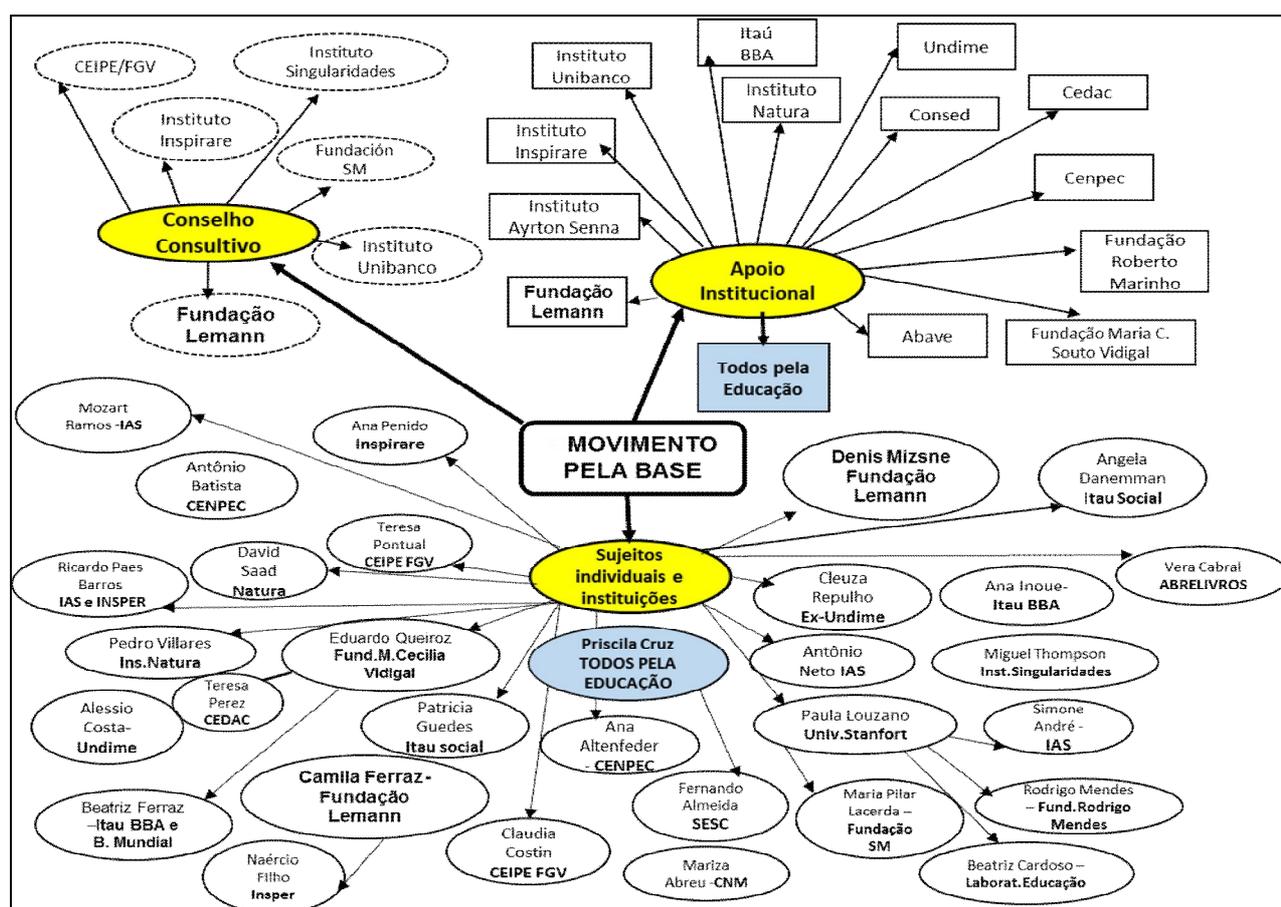
O Movimento pela Base é formado por sujeitos individuais e coletivos, sendo que eles vão se movimentando, trocando de lugares e outros sujeitos vão se incorporando. A formação atual não é a mesma que iniciou o MPB em 2013, já que novos sujeitos foram se integrando ao movimento. Os interesses mais pragmáticos de cada grupo são diversos e correspondentes a setores e ramos em que mais atuam, mas que partilham da necessidade comum de alavancar a educação

<sup>3</sup> Para aprofundar o tema, ver Mindy L. Kornhaber, Nikolaus J. Barkauskas & Kelly M. Griffith, 2016.

brasileira para o desenvolvimento econômico. Atualmente, o movimento apresenta a seguinte estrutura: Pessoas, Conselho Consultivo e Apoio Institucional (MPB, 2018).

No quadro a seguir, apresentamos as instituições formadas por institutos, fundações, braços de instituições privadas e bancos. No item pessoas, apresentamos os sujeitos e a instituição que representa.

### Quadro 1. Quem são os sujeitos do MPB



Fonte: Elaborado por CAETANO, a partir do MPB (setembro, 2018).

Conforme o Quadro 1, podemos observar o protagonismo de instituições ligadas ao empresariado nacional, inclusive com relação a redes internacionais em países sul-americanos e fora dele, embora se intitulem terceiro setor. Isso não significa que o protagonismo é o mesmo entre todos os sujeitos coletivos. Ganham destaque a Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho, Instituto Inspirare, Fundação

Santillana, Abrelivros, entre outros. Essas instituições têm em comum as relações com o organismo Todos pela Educação, um *think tank* para a educação ligado à rede latino-americana Reduca<sup>4</sup>, conforme publicado em

<sup>4</sup> A Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (REDUCA) é formada por organizações sociais de 15 países latino-americanos, muitas dessas dirigidas por grandes empresários que não mantêm ligações com a área educacional e sim com o setor privado (CAETANO, 2017).

outros artigos (CAETANO, 2017; CAETANO, 2018).

Dentre as instituições que fazem parte do Movimento pela Base, a Fundação Lemann é vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemann, fundador da GP Investimentos e um dos sócios da 3G Capital, proprietária de ABInbev, maior empresa de cerveja do mundo, de Kraft Heinz, Lojas Americanas, entre outros negócios. As ações desempenhadas pela Fundação Lemann, que incluem a secretaria executiva do MPB, mobilização para a consulta pública, coordenação de leituras críticas da 1ª e 2ª versão da BNCC encaminhada ao Ministério da Educação, envolvendo consultores internacionais e sistematização de contribuições para produção de versão da BNCC, dentre outras ações, despontam o protagonismo da fundação no MPB.

Do grupo do Movimento pela Base ainda faz parte a Fundação Roberto Marinho, do Grupo Globo, maior grupo de mídia do Brasil e da América Latina; o Instituto Unibanco, presidido por Pedro Moreira Salles, do Itaú Unibanco, caracterizado como maior conglomerado financeiro da América Latina; o Instituto Natura, cujo financiamento majoritário advém do Grupo Natura, que recentemente adquiriu a empresa da L’Oreal, líder global de cosméticos; o Instituto Inspirare, mantido integralmente com recursos da família Gradin, que detém 20% de Odebretch. A partir de 2016, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal é outra fundação empresarial que figura como apoiadora institucional do MPB, sendo que de seu comitê de investimentos fazem parte familiares da União Vidigal de Participações Ltda. e da UV Gestora de Ativos Ltda (NEVES; PICCININI, 2018, p.191).

Entre os sujeitos coletivos, figura também o Instituto Ayrton Senna, presidido

por Viviane Senna, que abrange um conjunto mais amplo de empresas como Itaú, Itaucard, Procter&Gamble e também LIDE (Grupo de Líderes Empresariais) dirigida por representantes de grandes corporações, ex-ministros de Estado e especialistas em diversas áreas de atuação (IAS, 2019, s/p).

As instituições que aparecem no quadro 1 oferecem todo tipo de soluções para a educação pública. Elas lançam no mercado todo tipo de material, especialmente aquele destinado à rede pública, da educação infantil ao ensino médio: programas, livros didáticos, *softwares*, manuais, plataformas digitais, formação de professores, incluindo contratação de consultores para todo tipo de serviços na educação.

Atualmente, o grupo que compõe o Movimento, segundo ele mesmo, é formado por pessoas e instituições que atuam na área de educação. Muitos estão ou estiveram ligados à Undime, Consed, CNE, MEC.

O que o MPB chama de pessoas nós chamamos de sujeitos individuais. Esses estavam, inicialmente, no movimento e alçaram postos no MEC, como é o caso de Katia Smole, ligada ao grupo Mathema, que estava na primeira formação do Movimento pela Base (MPB), e de Maria Helena Castro, que foi secretária executiva do MEC na gestão FHC e Temer e faz parte da Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional) que integra o Conselho Institucional do MPB. Um caso emblemático é a atuação de Eduardo Deschamps (PSD-SC), Presidente do Consed até 2016. Ele foi Secretário de Estado de Educação de Santa Catarina e é o atual presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Outros estiveram em funções públicas e hoje estão no privado, como é o caso de

Ricardo Henriques que foi Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC (2004-2007), no governo Lula, e hoje integra o Instituto Unibanco, e de Ricardo Paes de Barros, que foi Secretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2011-2015) no governo Dilma Rousseff e hoje está no Instituto Ayrton Senna e no Insper. Maria Pilar Lacerda foi Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação de 2007 a 2012 e hoje atua na Fundação SM ligada a Santillana, braço editorial do grupo PRISA, líder em meios de comunicação, entretenimento e educação. Suas marcas globais como El País, Santillana e 40 Principales estão presente em 22 países. No Brasil, atua desde 2001 nos segmentos de livros didáticos (Editora Moderna), de literatura infantojuvenil (Moderna e Salamandra), materiais para ensino de idiomas (Richmond e Santillana Español), além de avaliação educacional (AVALIA) e sistema de ensino (UNO) e o SmartLab, plataforma de conteúdos educacionais integrados baseada em três eixos fundamentais: conteúdos educacionais digitais e interativos, formação continuada de professores e ambiente colaborativo.

Os sujeitos individuais que fazem parte do MPB desde a sua fundação participam de funções ora no âmbito do Estado e ora no âmbito de instituições privadas (mercado) como apresentamos. Essas relações entre público e privado são muito tênues quando tratamos de políticas educacionais no atual momento histórico, político e social.

### **A BNCC e o conteúdo da proposta educacional**

O capital tem uma agenda para a educação, cuja centralidade passa a ser a

privatização dos sistemas públicos de ensino e o deslocamento do foco da educação como processo mais amplo para a aprendizagem. No cenário descrito, a aprendizagem passa a ser avaliada pelas competências, com objetivo de medição cujo fim são as avaliações nacionais e internacionais.

A BNCC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017, apresenta-se restritiva, à medida que direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, trazidas no documento, construídos pelos educadores e publicadas por Bonini et al. (2018) e no PNE, 2014-2024 (BRASIL, 2014), “foram reduzidos a uma visão pedagógica centrada na aprendizagem, cuja materialização se expressa por meio de uma relação que subjuga o currículo à lógica da avaliação por desempenho” (DOURADO; OLIVEIRA, 2018, p.40). Além disso, foi reforçada a lógica de uma aprendizagem com base em competências, com concepção curricular restritiva e fortemente articulada à avaliação de tipo padronizada e estandardizada.

Essas prescrições têm consonância com o objetivo primordial da atual política do Banco Mundial para os próximos dez anos, lançado em 2011, a “Estratégia 2020 para Educação: Aprendizagem para Todos”, como apresentamos na seção anterior. Ela visa à “garantia de que todas as crianças e jovens adquiram o conhecimento e as habilidades de que necessitam para terem vidas saudáveis, produtivas e obterem um emprego significativo” (BANCO MUNDIAL, 2011, p.5).

Nessa perspectiva, o investimento em educação deve estar mais voltado para as “oportunidades de aprendizagem”, favorecendo mercados de formação que promovam a disseminação das competências

e das capacidades individuais necessárias para o desenvolvimento. “Segundo o BM, existe um hiato entre os anos de escolarização, os conhecimentos e competências que os indivíduos precisam desenvolver para contribuir com o crescimento econômico dos seus países” (PRONKO, 2014, p.106).

O documento trata de salientar que o objetivo global a ser alcançado é a aprendizagem, e não somente a escolaridade, ou seja, aprendizagem “dentro e fora da escola, desde o pré-escolar até ao mercado de trabalho” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1). Conforme a nova estratégia do Banco Mundial, o aprendizado deve se iniciar cada vez mais cedo, pois é na infância que adquirimos habilidades para uma vida de aprendizado. No caso específico da relação entre escolarização e aprendizagem, o documento afirma que “no nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências de uma força de trabalho [...] prevê taxas de crescimento econômico muito mais elevadas que as médias de escolaridade” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3). A partir de uma visão economicista da educação, o BM valoriza mais o saber fazer adquirido ao longo da vida e no processo de trabalho, do que as certificações educacionais adquiridas nos processos de escolarização.

Alinhadas à “Estratégia 2020”, a BNCC traz, no documento final, a noção de aprendizagem como competência e está fortemente vinculada às políticas de avaliação como um princípio norteador básico da agenda global difundida pelos organismos internacionais. Assim, como a avaliação, vemos a incorporação do termo aprendizagem e a naturalização das expectativas de aprendizagem como

definidoras dos currículos nacionais predeterminados.

Ao optar pelas competências e apresentar características de um currículo padronizado e prescritivo, a BNCC subordina a educação aos interesses das relações de produção capitalistas. Além disso, amplia a formação para o mercado de trabalho e do consumo, colocando a educação a serviço do mercado como um produto.

Ainda no que diz respeito ao conteúdo da proposta para a BNCC, é importante destacarmos que sujeitos individuais e coletivos, ligados ao MPB, oferecem todo tipo de produtos para as escolas e sistemas públicos como, por exemplo, programas para a formação de professores, gestores, a contratação de consultorias educacionais, serviços de avaliação, *softwares*, plataformas digitais, livros didáticos, entre outros. Basicamente, os programas são padronizados para todas as escolas e sistemas educacionais, propondo soluções focadas na aprendizagem voltada à avaliação para resultados e melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A seguir apresentamos, como exemplo de influência e direcionamento no conteúdo da BNCC e sua implantação, um catálogo de soluções e propostas da Fundação Lemann (2019), bem como alguns dos produtos padronizados. Esse material é colocado à disposição das escolas, professores, alunos em articulação com outras instituições e alinhados à BNCC como cursos, plataformas digitais, conteúdos, formação de professores e gestores.

## Quadro 2. Produtos educacionais – Fundação Lemann

Nova Escola	Curso Competências Gerais na BNCC Planos de aula alinhados à BNCC Biblioteca essencial do professor TV Nova Escola
Tecnologias e Recursos Educacionais Digitais alinhados à BNCC	Alinhamento das tecnologias educacionais à BNCC
Boas práticas em sala de aula	Estratégias de professores de redes públicas que se destacam no Ideb e em olimpíadas do conhecimento à disposição de professores
<i>Khan Academy</i>	Cursos oferecidos para alunos, professores e pais: Matemática Matemática (BNCC) Ciências naturais por ano Ciências e Engenharia, Economia e Finanças. Computação
Rede Conectando Saberes	Rede que incentiva a troca de boas práticas entre professores
Programa Formar	O programa é customizado e atende aos desafios das redes de ensino nas áreas: Políticas Educacionais Formação Continuada em serviço Conectividade e Inovação
Coursera	Cursos: gestão para aprendizagem, Ensino Híbrido, Fundamentos do Google para o ensino, Ensino de programação e Explorando os recursos da Khan Academy

Fonte: Fundação Lemann, 2019. Organizado pelo autor.

Assim como a Fundação Lemann, que possui um catálogo de produtos e soluções educacionais, o Instituto Ayrton Senna (IAS), que surgiu em 1994 e, conforme seu *site*, desenvolve soluções educacionais, pesquisas em pedagogia, gestão educacional, avaliação e articulação

replicáveis em escala, atua, através de parcerias, com instituições públicas e privadas. Essa organização vem produzindo conhecimentos e experiências inovadoras capazes de inspirar práticas eficientes, formar educadores e aplicar soluções educacionais para promover uma educação integral que prepara o aluno para viver no Século 21.

O IAS possui um catálogo de programas para sistemas de ensino público cujo enfoque é a aprendizagem dos alunos e a avaliação para resultados. Ele aborda as soluções educacionais em forma de programas padronizados, como formação de gestores e professores, assessorias e consultorias técnicas. Destaca-se, atualmente, a sua atuação na Educação Integral e nas competências socioemocionais.

## Quadro 3. – Produtos Educacionais – Instituto Ayrton Senna

EDUCAÇÃO INTEGRAL	COMPETÊNCIAS PARA O SÉCULO 21
Série de cursos em educação integral	Formação de professores, gestores e comunidade
EduLab21	Novas Ideias: Assessoria Técnica para Estados e municípios Diálogos Socioemocionais: formação de professores e gestores Aplicação em Políticas Públicas: assessorar gestores públicos na implantação da educação integral e formação de professores
Guia digital	BNCC: construindo um currículo de educação integral
Portal sobre Competências socioemocionais	Portal produzido pelo Porvir em parceria com o Instituto Ayrton Senna que apresenta experiências nacionais e internacionais relacionados às competências socioemocionais
Letramento em	Programação de computadores

Programação	como ferramenta para promover o desenvolvimento de competências como raciocínio lógico e criatividade em alunos do Ensino Fundamental
Gestão da Política de Alfabetização	Formação de gestores escolares e coordenadores pedagógicos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental em educação integral
Acelera	Solução educacional para distorção idade-série
Superação Jovem	Apoio a políticas educacionais e de formação de professores, gestores escolares com foco no estudante
Se Liga	Programa voltado para alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental que não estão plenamente alfabetizados, atendendo estudantes do 3º ao 5º ano
Gestor em Rede	Formação de gestores
Gestão Nota 10	Formação de gestores e programas de gestão pedagógica, administrativa e financeira
Fórmula da Vitória	Programa voltado aos estudantes dos anos finais do EF focado em Português e Matemática, na perspectiva de educação integral

Fonte: Instituto Ayrton Senna, 2019. Organizado pelo autor.

Pesquisas recentes (CAETANO, 2013; CAETANO, 2018; PERONI *et al.*, 2015) têm abordado que as empresas ligadas ao mercado de soluções educativas, ao avançar sobre a educação pública, influenciam conteúdos, procedimentos, a formação de professores e os processos pedagógicos das escolas. Conforme apresentamos nos quadros 1 e 2, há um esforço das instituições privadas em direcionar a educação e seu conteúdo.

Nesse sentido, a educação passa a funcionar com base no dogma mercantil,

constituindo a própria forma de pensar a educação na sociedade capitalista. Com as mudanças propostas pelas reformas em curso, em particular a BNCC, altera-se substantivamente o conteúdo da educação básica através de programas, metodologias, manuais, formação de gestores, professores e alunos, cujo foco passa a ser a aprendizagem ao longo da vida. Além disso, esvazia-se o conteúdo pedagógico ao propor programas prontos, sem a participação do professor e sem relação ao projeto político-pedagógico das escolas.

As competências presentes na BNCC e nos programas oferecidos pelas fundações, institutos e outros devem ser desenvolvidas para que o aluno/trabalhador se torne apto e adaptado às novas mudanças exigidas pela chamada Educação para o Século 21. Esse trabalhador de um novo tipo deve exercer, de modo competente e eficaz, um papel na atividade econômica do país.

Para tanto, deve saber, no mínimo, ler, escrever e contar, adquirir conhecimentos instrumentais, superficiais e atrelados à lógica do mercado. Assim, estaria preparado para trabalhar em grupo na resolução de problemas, ser proativo, não ter medo de correr riscos e empreender (FRERES; RABELO, 2015, p. 66).

Para os autores, o fundamental seria também colocar-se na condição de eterno aprendiz, já que, no mundo em que muitas mercadorias se tornam obsoletas, o conhecimento também se torna obsoleto, necessitando atualização constante para acompanhar os avanços cada vez mais rápidos que ditam o ritmo do trabalho e da vida na sociedade atual. A necessidade de atualizar-se constantemente é imposta e o

aluno/trabalhador é chamado a aprender sempre, porque o mundo está sempre mudando, e o mundo do trabalho acompanha essas mudanças.

No entanto, esse aprender sempre é sempre a mesma coisa: ler, escrever, fazer cálculos matemáticos. Em nenhum momento, defende-se a impreterível necessidade de apropriação do conhecimento acumulado pela humanidade, para que não sejam reveladas para os trabalhadores as leis que presidem a sociabilidade do capital, para que nenhum trabalhador compreenda a origem de sua exploração, aceitando-a como se ela fosse algo natural (FRERES; RABELO, 2015, p. 66).

A recente Reforma Trabalhista, Lei 13.467, de 13 de julho 2017 (BRASIL, 2017), retira direitos dos trabalhadores como, por exemplo, férias, jornada, remuneração e plano de carreira, implantação e regulamentação de novas modalidades de trabalho, como o *home office* e o trabalho intermitente, contribuição sindical, banco de horas entre outros, flexibilizando cada vez mais as relações de trabalho. Igualmente, a aprovação da PEC nº 55/2016<sup>5</sup> (BRASIL, 2016), transformada em lei, pela Emenda Constitucional nº 95, 15 de dezembro de 2016, ao congelar por vinte anos o investimento público na área social, “reserva toda a riqueza produzida para ganhos do capital constituindo-se na maior agressão às conquistas de direitos da classe trabalhadora desde o fim da escravidão” (MOTTA;

FRIGOTTO, 2017, p.366). Dessa forma, o novo marco legal “destrói o Estado como agente de garantia de direitos universais” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.377).

Freres e Rabelo (2015, p.66) declaram que, ao determinar “economicamente quais são os conteúdos necessários à atividade produtiva e como eles devem ser trabalhados, sob um discurso falso de democratização da escola”, qualidade e equidade, passou-se a restringir a função da escola ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo que devem ser oferecidos para a classe trabalhadora negando o conhecimento sistematizado ao longo da história. À medida que o capital se amplia, mais necessário é a utilização de diversos mecanismos político-ideológicos para o controle social, por isso a importância de um conjunto de aprendizagens por parte dos alunos consideradas essenciais na Educação Básica, envolvendo competências socioemocionais, flexibilidade, empatia, cooperação, proatividade, autonomia, resiliência, responsabilidade, autoconhecimento, autocuidado e empreendedorismo, como querem os empresários.(BRASIL, 2018).

A escola se torna, assim, o lugar privilegiado para a formação de indivíduos que interessam ao capital. E os indivíduos seriam os responsáveis pela busca de condições para sua formação e de sua inserção no mercado, procurando desenvolver capacidades para executar várias atividades com habilidade e conhecimento. Contraditoriamente, a BNCC apresenta conhecimentos restritos, cuja obrigatoriedade passa a ser Português e Matemática, sendo os indivíduos os responsáveis por sua aprendizagem ao longo da vida, como recomenda o Banco Mundial.

<sup>5</sup> A PEC 55/2016 se transformou na Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016 que alterou o ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal.

## Considerações

Ao apresentar este artigo, um dos objetivos é contribuir para o diálogo sobre a BNCC como política pública no contexto de crise do capital. Esse contexto é marcado pela supremacia do mercado e esvaziamento dos princípios democráticos que constam no aparato legal brasileiro para a educação.

Destacamos que o que está em disputa é um novo projeto societário, com um novo projeto educacional baseado na produtividade para o mercado, esvaziando o conteúdo político-pedagógico do currículo. O mercado passa a ser o parâmetro de qualidade, eficiência e eficácia para a educação pública, a partir das demandas globais como o currículo e a avaliação de orientações como, por exemplo, a “Estratégia 2020” do Banco Mundial.

A BNCC revela o interesse de grandes grupos empresariais privados. Muitos deles aparecem com o intuito de indicar a direção das políticas educacionais, por meio dos sujeitos envolvidos, a fim de influenciar o conteúdo da proposta com formas pouco democráticas, ou seja, sem a ampla participação das entidades, professores, alunos e comunidade escolar na definição das políticas.

Em relação ao conteúdo da proposta da BNCC, evidenciamos, ao longo do texto, o alinhamento à “Estratégia 2020” e o deslocamento do enfoque da educação como processo amplo para aprendizagem ao longo da vida. Tudo isso é pautado no desenvolvimento de habilidades e competências e na formação de atitudes e valores, correspondendo às novas exigências do mercado produtivo e de participação social.

A BNCC apresenta características de um currículo restritivo e padronizado, que deverá

ser monitorado por indicadores de desempenho e de impacto.

A educação, como direito e como processo democrático, passa por um esvaziamento pedagógico ao incorporar as soluções de instituições que não são da área educacional, baseadas no tecnicismo educacional.

No que pesem nossas pesquisas, a BNCC se inscreve em um projeto de sucateamento da educação com o objetivo de privatizá-la por dentro e por fora, atendendo aos interesses do capital.

## Referências

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. **Subsídio Público ao Setor Privado**: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. *Revista Políticas Educativas*, v.7, p.110-112, 2014.

ADRIÃO, T. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 28, n. especial, p. 263-282, 2014.

AGUIAR, M. A. da S.; DOURADO, L.F. (Orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024**: avaliação e perspectivas. [Livro Eletrônico]. – Recife: ANPAE, 2018.

AFONSO, A.J.. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G.. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Rev. Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BALL, S.. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, UEPG, 2014.

BALL, S.; YOUDELL, D. **Hidden Privatisation in Public Education**. Institute of Education [online]. University of London, Bruxelas, 2008. Disponível em: <[http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball\\_ENGLISH.pdf](http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball_ENGLISH.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BALL, S.; OLMEDO, A.. A Nova Filantropia, o Capitalismo Social e as Redes de Políticas Globais em Educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: LíberLivro, 2013, p. 33-47.

BALL, S.; JUNEMANN, C.. **Networks, New Governance and Education**. Bristol: Policy Press, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**: Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial. Resumo executivo. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.

BONINI, Adair *et al.* **Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento na educação básica**: subsídios ao currículo nacional. Acervo Digital UFPR. Curitiba, junho 2018. Disponível em: [https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55911/direitos\\_a\\_aprendizagem\\_e\\_ao\\_desenvolvimento\\_na\\_educacao\\_basica\\_subsidios\\_ao\\_curriculo\\_nacional-preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/55911/direitos_a_aprendizagem_e_ao_desenvolvimento_na_educacao_basica_subsidios_ao_curriculo_nacional-preprint.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 15 jan 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 jan.2019.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2**, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Brasília, DF, dez 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpc-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE\\_C\\_P222DEDEZEMBRODE2017.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpc-content/uploads/2018/04/RESOLUCAOCNE_C_P222DEDEZEMBRODE2017.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2019.

CAETANO, M. R.. A educação no contexto de crise do capital e as relações entre Estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais. **Laplage em Revista**, v. 4, p. 153-168, 2018.

CAETANO, M. R.. Ensino Médio no Brasil e privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. XXIV, p. 84-99, 2015.

CAETANO, M. R.. A educação foi ao mercado. O mercado como orientador da política de ensino médio no Brasil. In: **Anais do 1º Seminário Nacional Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: Implicações para a democratização da educação. Porto Alegre: UFRGS, 2017. v. 1. p. 13-18.

CAETANO, M. R. Redes Globais e Educação: A rede latino-americana da sociedade civil para a educação-REDUCA. In: GLAPP, G.; L. GLAPP (Org.). **Políticas públicas na educação brasileira: desafios emergentes**. 1. ed. Curitiba: Athena, 2017, v. 1, p. 258-271.

CAETANO, M. R. A educação no contexto de crise do capital e as relações entre estado, mercado e terceiro setor nas políticas educacionais. **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.4, n.2, maio-ago. 2018, p.153-168.

DALE, R.. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação, Sociedade & Culturas**. Porto, número 16, 2004, p. 423-460.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de.. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, 2009, p. 201-215.

FAGNANI, E.. **O capital contra a cidadania**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 314, set. 2017.

FRERES, H.; RABELO J.. Educação, Desenvolvimento e empregabilidade: o receituário empresarial para a educação no Brasil. p.59-85. In: RABELO, J; JIMENEZ, S; SEGUNDO, M. D. M (Orgs). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

FRIGOTTO, G.. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1996.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Trabalhamos para transformar o Brasil para melhor**.

Disponível em  
<https://fundacaolemann.org.br/transformamos>  
os Acesso 20 fev. 2019.

KORNHABER, M. L.; BARKAUSAS, N. J.; GRIFFITH, K. M. Smart Money? Philanthropic and Federal Funding for the Common Core. **Education Policy Analysis Archives**, v. 24, n. 93, September 12, Arizona, 2016.

GRUPOS ANTILLANNA. **Santillanna**.

Disponível em:  
<https://www.gruposantillana.com.br/santillana>  
>. Acesso em: 20 fev.2019.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Como atuamos**.

Disponível em:  
<<https://www.institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/Atuacao.html#atuacao/Acesso>>. Acesso em: 20 fev.2019.

LIMA, L. C. Apresentação da seção temática: privatização da Educação no contexto da(s) "Terceira(s) Via(s)": uma caracterização em análise. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 177-181, maio/agosto, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP,2002.

MOTTA. V. C.. FRIGOTTO. G.. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória 746/2016 (LEI nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.-jun., 2017.

MOVIMENTO PELA BASE. **Quem somos**. Disponível

em:<<http://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 30 jun.2018.

NEVES, R.M.C.; PICCININI, C. L.. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidencia histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, mai. 2018.

OLIVEIRA, R. P.. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

PERONI, V. M. V.. (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, V. M. V.. **As implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil**. Tese (Promoção a Professor Titular da Carreira do Magistério Superior), UFRGS, 2016.

PERONI, V. M. V.; CAETANO. M. R.; LIMA. P.. Reformas educacionais de hoje. In: Revista Retratos da Escola. As implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.. O público e o privado na educação. Projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível

em:<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/584/658/>>. Acesso em: 22 abr.2018.

PRONKO, M.. "O Banco Mundial no campo internacional da educação". In: PEREIRA, J. M. M.; PRONKO, M. **A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e para a saúde (1980-2013)**. Rio de Janeiro, EPSJV, 2014.

RABELO, J. *et al.* (Org.) **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

RAVITCH, D.. **Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a Educação**. Porto Alegre, Sulina, 2011.

ROBERTSON, S.; VERGER, A.. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1.133-1.156, out./dez. 2012

SAVIANI, D.. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C.. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jan. 2005. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SEITZ, K.; MARTENS, J.. **Philanthrolateralism: Private Funding and Corporate Influence in the United Nations**, 2017. Disponível em:< [https://www.researchgate.net/publication/319397729\\_Philanthrolateralism\\_Private\\_Funding\\_and\\_Corporate\\_Influence\\_in\\_the\\_United\\_Nations](https://www.researchgate.net/publication/319397729_Philanthrolateralism_Private_Funding_and_Corporate_Influence_in_the_United_Nations)>. Acesso: 10 jan. 2019.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOOD, E.. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

*Recebido em 10/03/2019  
Aprovado em 06/11/2019*